

Proposta da Quercus - ANCN para a consulta pública sobre a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania 2025

Apreciação global da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC 2025)

O período de consulta pública, que neste momento coincide com o período de férias dos professores, deveria ser alargado para permitir uma melhor análise e melhor apresentação de propostas.

O espaço para responder está limitado a 500 caracteres ou 1000 caracteres consoante os campos, pelo que a resposta completa está nesta ligação:

https://docs.google.com/document/d/1mKQr4xXqqiJky30ru_96aMPUoDvCTv6LX0TmHmaPEl8/edit?usp=sharing

Introdução

Importância da educação ambiental

A atual ENEC conta com vários referenciais, sendo o Referencial de Educação Ambiental para Sustentabilidade (REAS) o “documento orientador para a implementação desta temática no âmbito da Cidadania e Desenvolvimento que integra o currículo nos diferentes ciclos e níveis de educação e ensino.” (Note-se que o REAS também define orientações para Educação Pré-Escolar, que não está contemplado na ENEC 2025.

O REAS é um documento do Ministério da Educação, cuja elaboração foi coordenada por José Vítor Pedroso (DGE), com autores especialistas de várias Direções-Gerais de vários ministérios, da Agência Portuguesa do Ambiente, da Universidade de Coimbra e de Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA).

O REAS indica: “De referir igualmente a aprovação, através da Resolução do Conselho de Ministros nº. 100/2017, da Estratégia Nacional de Educação Ambiental para o período 2017-2020 (ENEA 2020) que resulta de um compromisso assumido entre os Ministérios do Ambiente e da Educação.

Este compromisso de carácter colaborativo, estratégico e de coesão na construção da literacia ambiental em Portugal, deverá conduzir a uma mudança de paradigma, que se traduza em modelos de conduta sustentáveis em todas as dimensões da atividade humana.”

O REAS “está organizado por níveis de educação e por ciclos de ensino, assumindo-se como um documento orientador para a implementação desta área da educação para a cidadania na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário.

Com este documento pretende-se incentivar a introdução de temáticas transversais, contribuir para a mudança de comportamento e de atitude face ao ambiente, não só por parte dos jovens e crianças a que se destina, como também por parte das suas famílias e das comunidades em que se inserem.

Neste sentido, foram identificados temas globais, subtemas, objetivos e descritores de desempenho no domínio da educação ambiental para a sustentabilidade que tiveram em consideração o nível de conhecimento e o escalão etário dos alunos aos quais se destinam. Assinala-se que os objetivos enunciados são comuns aos diferentes níveis de educação e ensino, devendo a sua concretização ser considerada de acordo com os respetivos descritores.”

A ENEC 2025 retira o domínio da Educação Ambiental. Dilui esse domínio na dimensão da Sustentabilidade. Embora a Educação Ambiental (EA) esteja intimamente ligada à dimensão do Desenvolvimento Sustentável preconizada na ENEC 2025, a EA é mais centrada na relação Homem-Natureza e um meio para se alcançar o Desenvolvimento Sustentável pelo que se considera que o conceito de sustentabilidade por ser muito abrangente, se pode tornar muito vago. Consideramos a Educação Ambiental crucial para se responder aos desafios do século XXI nos quais as Alterações Climáticas e a Perda da Biodiversidade são o reflexo mais evidente da crise social e ambiental.

Uma EA articulada com a Educação para a Natureza, proporciona experiências na natureza fundamentais com contributos para o ambiente motivacional, emocional e social das aprendizagens, melhorando o desempenho académico e promovendo as competências futura. A crescente urbanização, as mudanças nas tecnologias, a crescente dependência do digital, a Inteligência Artificial, a Globalização, as migrações e mesmo a prevenção de novas pandemias, são desafios atuais que necessitam de uma EA que proporcione o contacto com ambientes mais naturais. A EA supera uma visão utilitarista da natureza, proporciona práticas pedagógicas que vão além dos saberes cognitivos, saberes práticos, sensoriais, relacionais e éticos e por isso considera-se essencial que o Domínio da Educação Ambiental seja abordado em todos os ciclos do ensino.

No que toca aos temas ambientais, muitos ficam confinados para cada ciclo. Por exemplo, o tema das alterações climáticas ficaria reduzido ao 3º Ciclo do Ensino Básico, simplesmente com o objetivo de “Compreender a necessidade de adoção de medidas para fazer face aos riscos resultantes das alterações climáticas.”

No atual REAS o tema das alterações climáticas é abordado ao longo de todos os níveis de ensino e de escolaridade. Esperando-se que no final da escolaridade obrigatória “Os/as alunos/as:

- Conhecem as causas das alterações climáticas.
- Compreendem os impactes ambientais resultantes das alterações climáticas.
- Tomam consciência da necessidade de adotar comportamentos que visem a adaptação e mitigação face às alterações climáticas.”

Os objetivos vão sendo cada vez mais complexos ao longo da escolaridade obrigatória.

O mesmo sucede com outros temas da ENEC 2025: o da biodiversidade, por exemplo, surge apenas nos dois anos do 2º Ciclo do Ensino Básico. Num tempo marcado por profundas crises ecológicas e sociais, em que as Alterações Climáticas e a perda da Biodiversidade são o reflexo de algum descontrolo crescente da Humanidade, a educação para a cidadania não pode ignorar a urgência de uma relação mais consciente, responsável e afetiva com a natureza.

Para se rever a ENEC no âmbito da Educação Ambiental deve ser feita uma avaliação do que foi feito e, a partir daí, alterar o que pode ser melhorado.

É, pois, estruturante uma maior aposta na literacia ambiental, de forma sistémica e consistente, para uma sociedade que compreende a importância que tem para o futuro de Portugal e do equilíbrio do planeta. É igualmente fundamental que os alunos tenham uma

maior ligação ao património natural e que adquiram princípios, valores e competências que lhes permitam ser cidadãos ativos e mobilizadores pela sua proteção. A Educação para a Cidadania é, pois, crucial para essa qualificação diferenciada das novas gerações. A promoção de uma cidadania ambiental ativa é um instrumento essencial para se atingirem os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; mas, pelo seu carácter transversal e multidisciplinar, enquadra-se não apenas no Desenvolvimento Sustentável, mas em todos os domínios da Educação para a Cidadania.

Sobre a coordenação

A legislação atual, Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, define, no seu artigo 31º o conselho pedagógico:

“O conselho pedagógico é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nomeadamente nos domínios pedagógico-didático, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente.”

A atual proposta indica que seria o conselho geral a definir as orientações e critérios para a elaboração da Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola. Ao Conselho Pedagógico competiria apenas “aprovar os critérios de avaliação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento”. Ora esta proposta retiraria competências aos conselho pedagógico.

O Conselho Pedagógico é que deve ter as competências para coordenar a ENEC, pois também tem a competência para promover a articulação interdisciplinar entre ciclos e níveis de ensino.

Documento: Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

Secção /secções da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania para a(s) qual/quais submete contributos

Contributos para secção 1. Ser cidadão

Na frase "Preparar as gerações do presente para uma cidadania ativa robustece os alicerces em que se apoia o desenvolvimento social." considerar acrescentar "e ambiental", ficando a redação "Preparar as gerações do presente para uma cidadania ativa robustece os alicerces em que se apoia o desenvolvimento social e ambiental".

Contributos para secção 2. Educar para a Cidadania

Na frase "...Primeiro, centrada na interdependência entre Direitos Humanos, Democracia e Instituições Políticas, Desenvolvimento Sustentável, e Literacia Financeira e Empreendedorismo..." substituir "Desenvolvimento Sustentável" por "Ambiente e Sustentabilidade."

Na frase "...congrega oito Dimensões a implementar ao longo da escolaridade obrigatória, a saber: Direitos Humanos, Democracia e Instituições Políticas, Desenvolvimento Sustentável, Literacia Financeira e Empreendedorismo, Saúde, Risco e Segurança Rodoviária, Media e Pluralismo e Diversidade Cultural" substituir "Desenvolvimento sustentável" por "Ambiente e sustentabilidade" A redação final deverá ficar..."congrega oito Dimensões a implementar ao longo da escolaridade obrigatória, a saber: Direitos Humanos, Democracia e Instituições Políticas, Ambiente e Sustentabilidade, Literacia Financeira e Empreendedorismo, Saúde, Risco e Segurança Rodoviária, Media e Pluralismo e Diversidade Cultural."...

Contributos para a secção 3. Quadro conceptual e Dimensões da Educação para a Cidadania

A EA deve ser uma área temática da educação para a cidadania e trabalhar, por exemplo, a sustentabilidade, o clima e o consumo consciente... em todos os ciclos de ensino Deverá fomentar o contato com a Natureza de uma forma transversal e multidisciplinar em todos os níveis de escolaridade.

Contributos para a secção 4. A Educação para a Cidadania integrada em toda a escola

Contributos para a secção 5. Operacionalização da Educação para a Cidadania – componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento

5.1. Ao nível do agrupamento de escolas/escola não agrupada

5.2. Ao nível da turma

Contributos para a secção 6.

A monitorização da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania deve prever a inclusão de representantes da Agência Portuguesa do Ambiente, entidade promotora da Estratégia Nacional de Educação Ambiental, tanto mais que são ambas instituições sob tutela do mesmo governo.

Apreciação global da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (500 caracteres)

A Estratégia realça a urgência de formar cidadãos conscientes, solidários e ativos, preparados para responder aos desafios do presente e do futuro – um objetivo que só será alcançado com o compromisso de todos.

Neste contexto, o grupo de professores em mobilidade DGE/APA a coordenar projetos de EA em ONGAs gostaria de destacar

A necessidade de **garantir tempo curricular próprio para a Educação para a Cidadania**, permitindo o seu trabalho efetivo e não apenas simbólico, como acontece quando relegada para espaços não letivos;

- A **valorização e formação contínua dos professores** que assumem esta área, reconhecendo o seu papel essencial como mediadores;
- A manutenção da **Educação Ambiental como domínio transversal, obrigatório e presente ao longo de todos os anos de escolaridade**, em linha com os princípios da justiça climática e da sustentabilidade que a própria estratégia reconhece como prioritários (cf. Pilares Estratégicos, Eixo 2 – “Sustentabilidade e Literacia Ecológica”).

A Quercus - ANCN